



TRAJETÓRIA DO NEGRO PÓS ABOLIÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR BRASILEIRO

Autora
Adenice Lira Soares Arraes

Orientadora
Cintia Lima

Resumo:

A história da população negra no Brasil é marcada por muitas lutas, onde a organização e solidariedade de um povo escravizado, culminou em Movimentos que reivindicavam a liberdade, o reconhecimento de sua cidadania e melhores condições de vida. Após a abolição da escravatura, o Movimento Negro tinha por bandeira reivindicatória o acesso à educação, pois acreditavam que venceriam à medida que tivessem o conhecimento das ciências, arte e literatura. Mesmo com o acesso à educação, o negro ainda sofre os reflexos do período em que o reconhecimento dos seus direitos e identidade eram negados. O racismo ainda é a uma das causas das evasões escolares, ocasionando o aumento das desigualdades sociais existentes. Contudo, é na escola que podemos desmistificar a visão negativa relacionada ao processo histórico do negro, mas também conhecer as suas lutas, sua cultura, suas crenças, valorizando sua história para transformação e reconstrução da sua identidade, conforme estabelece a Lei de n. 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade da inclusão nas grades curriculares o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Palavras-Chave: Racismo; Movimento Negro; Educação

Introdução

O presente artigo tem por finalidade demonstrar a trajetória do povo negro no Brasil, conhecer suas lutas e resistências ao processo de escravidão aos quais eram submetidos. A importância do Movimento Negro no processo da abolição da escravatura e nas reivindicações no pós abolição, que buscava o reconhecimento da cidadania, melhores



condições de vida e tinha por bandeira principal, o acesso à educação que lhes foi negado por centenas de anos.

Conhecer a história e cultura dessa população é um desafio, uma vez que a bibliografia relativa aos seus modos de vida, costumes, cultura manifestação religiosa, etc., é escassa.

Contudo, o enfoque será nas questões do negro e sua inserção na educação, cujo processo é um tanto desafiador e complexo até os dias atuais, pois mesmo sendo a educação um direito de todos, a população negra ainda sofre com as desigualdades sociais advindas de um longo período de negações, tendo que superar as discriminações por causa de sua raça.

A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2012, pg.46)

Devido a esse pré conceito que a sociedade tem sobre as questões raciais é que o Movimento Negro lutou incansavelmente para que a História e Cultura do Negro fosse incorporado ao ensino básico das instituições escolares, cuja finalidade é o conhecimento, valorização e resgate da identidade e cultura de um povo.

Tendo esse objetivo, este artigo pretende, através da revisão bibliográfica, conhecer o processo pelo qual o povo negro percorreu desde o período da escravidão até os dias atuais, em busca do reconhecimento de sua identidade e cultura, igualdade e equidade de acesso às políticas públicas e melhores condições de vida; tendo a educação como principal meio de transformação de vida de um povo e de toda a sociedade.

O artigo está dividido em três partes, sendo que a primeira aborda o período de escravidão, onde os negros serviam unicamente para os serviços braçais e domésticos. A bibliografia referente ao processo de escolarização dos negros durante a escravidão é escassa, porém há registros de que o acesso à educação lhes eram negados. Após a abolição da escravatura, os negros foram deixados à própria sorte, pois não houve uma política que atendesse às necessidades do povo, agora livre. Nesse contexto, surgiram os Movimentos Negros que reivindicavam representatividade nas instâncias políticas, melhores condições de vida, e acesso à educação. O Teatro Experimental do Negro foi uma entidade que



oportunizava a comunidade negra a manifestar sua arte e cultura, abrindo portas para o negro nas artes cênicas do Brasil.

A segunda parte, aborda o conceito de raça, que historicamente era utilizado nas ciências sociais para classificar as espécies de plantas e animais, mas no decorrer do tempo foi utilizado para designar a descendência e linhagem de grupo de pessoas que possuíam a mesma ancestralidade e características físicas. Contudo, o termo raça ainda causa muitas polêmicas entre diversos autores. Atualmente, no senso comum, é utilizado para identificar e classificar pessoas com as mesmas características. A democracia racial foi uma ideia propagada de que os indivíduos conviviam harmonicamente sem preconceito, o racismo dava lugar a tolerância racial; essa ideologia foi contestada por diversos autores que denominaram por mito da democracia racial, visto que as políticas públicas não contemplavam a população negra no acesso igualitário à educação, ao lazer, à distribuição de renda entre outros direitos.

A terceira parte apresenta a questão do negro nas instâncias escolares, após a aprovação da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade nos currículos escolares, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, bem como as políticas afirmativas, são conquistas do Movimento Negro que anseia pelo reconhecimento e valorização de um povo que ajudou a construir o país porém ainda sofre com as desigualdades sociais. A implementação da lei tem sido complexa e polêmica.

O Negro e a luta pela educação

No Brasil negar que havia africanos escravizados letrados, era uma das estratégias, deliberada ou ingenuamente, utilizadas para negar a sua humanidade; (FONSECA; BARROS, 2016, pg. 10) os negros serviam unicamente para os serviços braçais.

O domínio e utilização da linguagem escrita foram armas para a conquista da liberdade e do respeito, imprescindíveis para a construção da cidadania e identidade dos negros. As políticas de direitos humanos e as legislações vigentes coíbem as demonstrações públicas de racismo, porém os preconceitos ainda persistem e a escola é o local onde com frequência ocorrem diversos casos de racismo, apresentando-se de duas formas: o institucional e o individual.



O primeiro está ligado a negligência e indiferença dos atores envolvidos, nesse caso a sociedade, o poder público e os docentes, na implementação das políticas públicas que garantam, além do acesso à educação, à saúde, à moradia, mas também o oferecer aos estudantes o conhecimento das diversas culturas e respeito às diferenças. O racismo institucional é entendido como “falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (Carmichael; Hamilton apud WERNECK, 2013). Estas omissões desencadeiam atitudes de insuficiência dentro das instituições de ensino, causando exclusões, subordinação e até mesmo evasões escolares.

Quanto ao segundo caso, ocorre na esfera privada e se camufla de diversas formas: em tons de brincadeira, em piadinhas, em apelidos que tem como características à cor da pele, entre outros.

Esse tipo particular de racismo aparece de diferentes maneiras nos versos das canções, mantendo, porém, algumas ênfases principais: com relação à sexualidade da mulata exótica, sensual e muito perigosa porque feiticeira, macumbeira; reafirmando (ou denunciando) formas de hierarquia arraigadas; indicando a raça como situação passageira e circunstancial; sinalizando para o preconceito reconhecido nas marcas de aparência física. (SCHWARCZ, 2016, pg. 41).

Durante muito tempo, a historiografia da educação se limitava a informar que escravizados não podiam frequentar escola e dava ênfase à educação popular. Porém, com as tentativas de estudos sobre o processo de escolarização do negro no Brasil, descobriu-se que havia participação de escravizados no mundo letrado, seja em suas atividades de trabalho, práticas religiosas e em ações de resistências, contudo, os estudos sobre o processo e escolarização dos negros e afrodescendentes a época da Primeira República Brasileira ainda são escassos. (FONSECA; BARROS, 2016, pg. 308)

O negro era o escravo e, para tal fim, chegou ele no Brasil. O jesuíta foi contra a escravidão, mas não pôde vencer a sociedade da Colônia e da Metrópole que, na escravidão, baseavam sua lavoura e economia. Por isso, o negro jamais pôde ir à escola. Com dificuldade, conseguiam os missionários que, aos domingos, pudessem os escravos assistir à missa, rezada na capela dos engenhos ou em outro lugar. (TOBIAS, 1972, p. 97, grifo adicionado, apud, FONSECA e BARROS, p. 27).

Os autores afirmam que apesar da escassez de materiais e estudos referentes as memórias da população negra, é possível ver resíduos de projetos e expectativas dessas



populações, por meio de estatutos e notícias de que a educação, era muito ansiada pelo povo. A escritora Angela Davis (2016, pg.110) menciona que nos Estados Unidos após séculos de privação educacional o povo negro teria que lutar por terra, por poder político, por outros direitos, porém a educação seria a maior prioridade e reivindicariam com ardor o direito de satisfazer seu profundo desejo aprender.

No Brasil, a bibliografia relativa ao processo educacional dos negros evidenciava que os afrodescendentes só frequentaram a escola a partir da década de 1960, desconsiderando a participação na sociedade brasileira nos anos da República, através das organizações negras, da criação de escolas e da imprensa negra. Porém, essa afirmação é contestada através do depoimento de Jayme Aguiar em 1975, um dos fundadores da imprensa negra. (...)

É importante conhecer essa “outra história” para superar uma ideia equivocada que persiste em nossa sociedade de que a comunidade negra sempre foi iletrada, analfabeta e desorganizada. (MUNANGA; GOMES, 2016, pg. 115).

Percebe-se então, pelo relato de Jayme Aguiar, que o negro, buscava meios de se alfabetizarem, mesmo havendo resistência por parte da classe dominante. Ademais, Karasch (2000) apontou que em uma pesquisa muitos africanos que chegaram ao Brasil, já haviam aprendido a falar, ler e escrever em português na África, inclusive, havia um grupo significativo de escravos e libertos alfabetizados, incluindo mulheres que assinavam seus nomes nos documentos e registros notariais. (Bastos; 2016, apud, LUZ, 2013, p. 76).

A escravidão no Brasil durou cerca de 300 anos, de 1550 a 1888. O processo abolicionista foi longo e complexo, ganhou força na segunda metade do século XIX, visto que as discussões sobre a adoção de um novo regime político e a desestrutura do regime escravocrata ganhava forças nos debates governamentais, nos tratados e leis. De acordo com Marigoni (2011) a elite intelectual buscava criar uma nova nação; onde a escravidão deveria dar lugar ao trabalho assalariado. Ademais, o regime escravocrata já havia sido abolido nos demais países imperialistas, e o Brasil não poderia manter esse regime desumano em seu território, isto é, não queria ser malvisto lá fora. Essa cumplicidade social só foi possível por meio do envolvimento de diferentes segmentos da sociedade.

Após a abolição da escravatura os negros libertos foram morar em regiões precárias e afastados dos bairros centrais das cidades, foram abandonados à própria sorte, pois não houve nenhuma orientação e nenhum Programa que integrava os negros às novas regras de uma



sociedade baseado no trabalho assalariado. Além de serem discriminados pela raça, somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos. O aumento do número de desocupados, mendigos e crianças abandonadas nas ruas resultou em um aumento da violência. (MARIGONI, 2011).

A liberdade para os ex-escravos não representou o acesso às instituições políticas e aos direitos civis e sociais, muitos ex-escravizados permaneceram nas mesmas propriedades e passaram a negociar condições de trabalho e de acesso à terra, como trabalhadores livres, aprofundando a racialização das relações sociais e a subalternidade dos negros (PEREIRA, 2015. pg. 104). Embora o povo negro tenha acesso às políticas públicas atualmente existentes, os mesmos ainda são os que mais sofrem as desigualdades sociais, reflexo de anos de escravidão, somado ao predomínio do racismo que ainda persiste na sociedade.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2015, sobre o índice de alfabetização da população negra, 30% da população negra (pretos ou pardos) não completava o Ensino Fundamental antes dos 16 anos. Além disso, só 56,8% da população preta e 57,8% parda entre 15 e 17 anos continuava no Ensino Médio. Segundo a pesquisa a situação piora quando comparado a escolarização dos brancos que aponta que 82% concluem o ensino fundamental e 71% o ensino médio.

Esses números refletem a problemática que ainda persiste na escolarização do negro em se manter na escola e concluir as etapas do ensino.

A Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, divulgou notícia de que registra um caso de injúria racial em estabelecimentos de ensino a cada 5 dias, ou seja, as evasões escolares ainda estão relacionadas aos casos de racismo. Muitas vezes, as instituições escolares e o corpo docente não sabem como lidar com tais situações. (BRASIL, 2018).

No período pós-abolição, o negro buscou organizar-se em associações, atualmente denominado de entidades, cujo papel era o de legitimar a existência do negro dentro da sociedade. Os espaços serviam para prática de lazer e manifestações da cultura específica. (GONZALEZ e HASENBALG, 1982, pg. 21)

Dentre as reivindicações dos negros, a educação sempre esteve presente, como uma forte bandeira do Movimento Negro (GOMES, 2011.pg. 4). O abolicionista André Rebouças atribuía à educação, o poder de construir para os negros escravos e libertos, um projeto de



elevação intelectual, moral e configurava-se num dos principais mecanismos de ascensão social (Fonseca; Barros, 2014, pg.199, apud, REBOUÇAS 1988).

No ano de 1931, foi fundada a organização denominada Frente Negra Brasileira, que aglutinou militantes em defesa da inserção do negro na sociedade brasileira, através da mobilização política e da educação. A instituição teve fundamental importância na construção de uma luta efetiva capaz de mobilizar a sociedade a refletir sobre os principais problemas raciais no Brasil. A proposta do Movimento Negro fundamentava-se em uma filosofia educacional, pois acreditavam que o negro venceria à medida que se firmassem nos diversos níveis da ciência, das artes e da literatura. (MUNANGA; GOMES, 2006, pg. 120).

A Frente Negra Brasileira foi o primeiro grande movimento ideológico pós-abolição e conseguiu atrair milhares de negros em prol de sua militância e posteriormente se estendeu para outras cidades. E foi em São Paulo que iniciou o processo de integração do negro na sociedade capitalista. (GONZALEZ e HASENBALG, 1982, pg. 22). Os autores mencionam que no período de 1945 a 1948 foram intensificadas as agitações intelectuais e políticas em torno da redefinição e implantação definitiva das reivindicações da comunidade negra, isto é, a partir desse período, pessoas brancas simpatizantes às reivindicações dos negros se aliavam em prol das manifestações.

Dentre as entidades organizadas pelos negros, o Teatro Experimental do Negro (TEN) mantinha uma posição crítica em face do racismo e suas práticas, seu trabalho concreto de alfabetização, informação, formação de atores e criação de peças que apontam para a questão racial, significou um grande avanço no processo de organização da comunidade. (GONZALEZ e HASENBALZ, 1982, pg. 24). O trabalho desenvolvido pelo TEN, demonstra que uma comunidade organizada tem o poder de mudar a realidade de uma sociedade, seja através da alfabetização, da manifestação cultural, da propagação dos seus ideais, pois, por meio dessa entidade diversas pessoas negras ganharam notoriedade nacional, abrindo portas para a inclusão do negro no meio artístico.

A escola é um dos palcos sociais onde são cotidianamente vividas e exercidas as mais diversas práticas de produção e reprodução do racismo. O processo educacional na história do Brasil privilegiou a população branca, a história do país foi construída com base no trabalho escravo, onde os negros garantiram aos brancos escravocratas as bases socioeconômicas para o desenvolvimento inclusive na área da educação. No período pós-abolição os negros foram



impedidos de acesso à educação nas escolas públicas por meio do decreto n. 1.331 de 17 de fevereiro de 1854 e no ano de 1878, o decreto de n. 7.031 de 06 de setembro restringia ao horário noturno a presença dos negros na escola. (Blog Geledés, apud, BARROS, 2007, pg.36)

Após o acesso às instituições escolares, O Movimento Negro passou a reivindicar a inclusão da cultura negra, da história do negro no Brasil e da África nos currículos escolares, e os movimentos de luta contra o racismo clamavam por uma educação multirracial que levasse em conta a pluralidade étnica, cultural e religiosa, bem como a valorização de sua história, cultura e identidade. (PEREIRA, 2016, pg. 16). Em janeiro de 2003 foi aprovada a lei de nº 10. 639 que trata da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da Rede de Ensino, atendendo aos anseios da população negra.

Essa inclusão foi uma grande vitória do Movimento visto que a população negra sempre teve sua identidade relacionada à escravidão, à submissão, à inferioridade, à violência, isto é, a visão é puramente negativa e a inclusão da cultura e da história negra nos currículos escolares é um importante instrumento para a reconstrução da identidade negra, uma vez que oportuniza aos alunos conhecer a história de suas origens, ideais, cultura, crenças, lutas, resistências, mas principalmente valorizar a imagem que tem de si mesmos, propiciando também a (re)significação de uma nova história.

As manifestações da discriminação racial na escola conformam um quadro de agressões materiais ou simbólicas de caráter não apenas físico e ou moral, mas também psíquico, em termos de sofrimento mental, com consequências ainda não satisfatoriamente diagnosticadas, visto que incidem cotidianamente sobre o alunado negro, alcançando-o já em tenra idade. (Araújo. pg. 524, apud, HÉDIO SILVA JR, 2002).

O racismo e suas manifestações foram trágicas para a humanidade, as consequências na vida de quem o sofre são extremamente danosas, podendo ser um desencadeador ou um entrave ao seu pleno desenvolvimento, contudo, essa é uma questão que ainda requer muito estudo e pesquisas.

A autora Neuza Lopes (2005, pg. 188) conclui que as pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes a desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e



discriminadores em relação a povos e nação. Se o racismo é aprendido, ele também pode ser combatido.

Raça, Identidade e Democracia racial

Historicamente o termo raça era utilizado nas ciências naturais para classificar as espécies de plantas e animais, com o decorrer do tempo o termo passou a ser utilizado para designar a descendência e a linhagem de grupo de pessoas que possuíam a ancestralidade e características físicas em comum. No ano de 1684 o termo ganhou novo sentido pelo francês François Bernier, que classificou a diversidade humana em grupos fisicamente distintos, denominada raça. (MUNANGA, 2003. Pg. 1).

O autor Munanga menciona que o conceito de raça passou a atuar nas relações entre classes sociais a partir do século XVI na França, onde a nobreza local se identificava com os Francos, população de origem germânica, em oposição aos Gauleses, população identificada como plebe. Percebe-se que, as relações de classes sociais sempre estiveram imbricadas no processo de produção e reprodução das desigualdades entre os povos justificando os processos de escravização das raças consideradas “inferiores”.

As teorias sobre as diferentes raças humanas surgiram inicialmente no final do século XVIII e início do século XIX, tendo por principal defensor da ideia de raça superior o autor Joseph Arthur de Gobineau(1816-1882). O autor Manoel Bonfim (1993) apontou que a teoria racial tinha motivação imperialista, isto é, à medida que os países europeus se tornavam nações dominantes as teorias raciais eram utilizadas para justificar a ordem social, ou seja, as nações imperialistas utilizavam do poder que detinham e do discurso racialista com intuito de justificar e manter o domínio e subordinação das nações dominadas. Foi no século XVIII também que a cor da pele foi considerada critério fundamental para a classificação das chamadas raças. Desde então, a espécie humana ficou dividida em três categorias: raça branca, negra e amarela. (MUNANGA, 2003, pg. 3)

A autora Nilma Lino Gomes (2012) afirma que o termo raça possui diversas compreensões, dentre elas é utilizado para nomear ou identificar pessoas negras, uma vez que remete ao racismo e aos ranços da escravidão e às imagens que foram construídas sobre ser negro ou branco no Brasil.



No século XIX as características físicas como o formato do nariz, dos lábios, formato do crânio, cor dos olhos, etc, foram incorporados aos critérios de classificação das raças. Essa concepção, no sentido do senso comum, perdura até os dias atuais, e é erroneamente utilizado para diferenciar e identificar a origem dos indivíduos. Hoje raça é percebido como conceito sociológico, histórico, uma vez que suas bases biológicas foram questionadas pela própria ciência.

No Brasil, o termo raça sempre esteve associado às oscilações do país, ora era vista como algo bom, mas a visão negativa se sobrepunha. Positiva, porque a população branca mantinha o domínio de raça superior; negativa porque a mistura de raças (miscigenação) poderia levar a degradação da nação brasileira, tese defendida por autores como Nina Rodrigues, defendia que as raças humanas correspondiam a realidades diversas, fixas e essenciais, e, portanto, não passíveis de cruzamento – acreditava que a miscigenação extremada era o mesmo tempo sinal e condição de degeneração. (SCHWARCZ, pg.14).

Somente a partir do ano de 1930 que a mestiçagem de raças no Brasil, começa a ser vista como algo positivo. Com a ideia de democracia racial, as diferenças geradas pelo cruzamento de raças distintas, tornam-se símbolo da identidade de um povo. Gilberto Freyre em sua célebre obra “Casa Grande e Senzala” discorre sobre a questão da democracia racial que tem como principal objetivo propalar a ideia de convívio harmônico entre as raças, mas também o branqueamento da população brasileira. (SCHWARCZ, pg.19)

O mito da democracia racial tem sua origem na ideia de que o país é formado por pessoas miscigenadas e que essa convivência ocorreria de forma harmoniosa e o racismo ocorreria no âmbito particular, isto é, sua existência é negada pela maioria da população, porém ocorre silenciosamente, conforme definiu Florestan Fernandes (1972) de que o indivíduo tem preconceito de ter preconceito, isto é, as pessoas não assumem que são preconceituosas. Na questão das desigualdades sociais, estas são imputadas à natureza, ou seja, são vistas como responsabilidades do destino.

No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro. MUNANGA (2003. Pg.11)



A ideologia de democracia racial foi contestada por autores como Florestan Fernandes que revelava que no mito da democracia racial havia indícios de discriminação e o preconceito tomava lugar da suposta harmonia, afirmava ainda que o que havia era uma tolerância racial no país. (SCHWARCZ, pg.43) O preconceito pela cor, tornou-se referência e amparada pela tolerância concebida pelo termo raça, as desigualdades sociais eram remetidas aos tons de pele.

A democracia racial caía por terra quando as políticas públicas que eram permeadas de discriminação não contemplavam a população negra no acesso igualitário à educação, ao lazer, à distribuição de renda entre outros direitos. Diante desse cenário, e no encalço dos debates de Florestan Fernandes, é que o Movimento Negro coloca em xeque o mito de democracia racial, reivindicando o combate ao racismo e políticas afirmativas de acesso à educação respeitando o multiculturalismo.

A trajetória do Movimento Negro caracteriza-se por intensas lutas e resistências ao processo de desigualdade social construída no Brasil desde o pós-abolição, e que perduram até os dias atuais. O movimento buscava a afirmação da identidade negra, garantia de acesso e equidade aos bens sociais.

De fato, a educação é essencial para inclusão e desenvolvimento de uma sociedade consciente e crítica, redução das desigualdades sociais, principalmente formar cidadãos que tenham consciência e responsabilidade do seu papel junto à sociedade, em prol de um bem comum respeitando as diferenças individuais existentes.

O Negro na Educação e os novos desafios no contexto escolar

Como vimos, a educação sempre fez parte das reivindicações do povo negro, não somente ao acesso a ela mais também que por meio dela fossem transmitidos os saberes e a cultura de um povo que teve por centenas de anos a construção de sua identidade negada, pois identidade implica relações de poder.

A questão da identidade, da diferença do outro é um problema social ao mesmo tempo que é um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão



do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidade e até mesmo violência. (SILVA, et al - 2000, pg. 97)

Nesse sentido, a escola é um espaço privilegiado para a abordagem das questões raciais e das diferenças multiculturais, podendo desmistificar conceitos e preconceitos estabelecidos pela sociedade. A escola pode ser um instrumento transformador de uma comunidade, quando as questões conflituosas são tratadas à luz do seu processo histórico.

Contemporaneamente a educação é um direito público e o Estado tem o dever de oferecer meios de acesso, além coibir qualquer tipo de violação de direitos que possam causar exclusões, carências ou omissões de políticas educacionais.

Mesmo a universalização do acesso ao ensino, a partir dos anos 90, não garantiu às crianças e jovens negras a permanência no sistema educacional, devido aos processos discriminatórios presentes no sistema de ensino. A escola é, pois, um ambiente hostil e por vezes insuportável ao aluno/a negro/a. É o lugar de estigmatização, de tratamento desigual e punições injustas e isso explica a queda no rendimento escolar e evasão. Esse fato não é, porém, conhecido ou admitido pelos profissionais da educação que atribuem o mau desempenho ao pertencimento racial dos alunos. (RODRIGUES, 2011).

A Carta Magna reconhece a diversidade da composição da população brasileira, indicando a necessidade de que o currículo escolar refletisse a pluralidade racial brasileira (Almeida; Sanches, 2016 pg. 242, apud RODRIGUES, 2003).

A Lei de n. 10. 639/2003 institui a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de determinações políticas, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores, garantindo vagas para os negros em instituições de ensino e reconhecendo e valorizando a história e cultura do povo negro. (Ministério da Educação, 2004). Essa conquista é resultado das incansáveis e incessantes lutas do Movimento Negro e articulações com as diferentes organizações do Estado.

A necessidade de superação da educação eurocêntrica no Brasil e a inclusão de novas práticas de ensino onde a cultura negra e as questões relativas ao seu processo histórico, já estavam sendo debatidas pelos docentes conforme afirmam os autores Santos e Lima (2014).



Podemos afirmar que os docentes há pelo menos 20 anos antes da lei 10.639/2003 já vinham trabalhando a perspectiva de questionar uma história etnocêntrica com a abordagem de novas concepções acerca dos processos históricos do papel de diferentes sujeitos na História e de valorização pluralidade cultural, denunciando o mito da passividade do brasileiro e da harmonia e integração das três raças. (SANTOS; LIMA, 2014, pg.3)

Além da conquista da aprovação da lei 10.639/2003, as ações afirmativas fazem parte das conquistas do Movimento Negro, embora sua origem tenha ocorrido nos Estados Unidos. No Brasil, o sistema de cotas é o mais conhecido dentre as ações afirmativas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo definido[...] isto é, garante um percentual específico à raça negra em universidades e concursos. (FONSECA e BARROS, 2016).

[...] eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (Santos, 1999, pg. 25 apud, FONSECA; BARROS, 2014).

Essas políticas de cotas, embora causem muitas polêmicas, são fundamentais para o acesso do negro às instituições de ensino superior, visto que durante centenas de anos foram negados os mesmos direitos educacionais, e tendo em vista as precárias condições de acesso e permanência ao ensino, as cotas funcionam como uma forma de compensação, além da interação e integração das raças. Vale ressaltar que as cotas permitem uma mudança da paisagem no ensino superior e na ocupação de cargos públicos, o que pode deslocar a matriz de poder dominada pelo branco.

Em 2004, as Diretrizes curriculares corretadas à Lei 10.639/2003 orientaram a prática docente, sinalizando, também, para a necessidade de revisão dos currículos de formação docente. Essa nova legislação institui a obrigatoriedade de que os docentes se atualizem profissionalmente de acordo com as novas diretrizes vigente, em prol de que as práticas curriculares estejam e consonância com a referida lei. Ademais, toda essa exigência recai majoritariamente sobre os docentes de História, visto que a temática envolve a disciplina aplicada. De acordo com os autores Santos e Lima (2014) a abordagem das práticas e a crítica do que ocorre no ensino escolar de História na atualidade não pode mais ser realizada de maneira superficial e pautada em um “senso comum” que desconsidera as especificidades do ensinar no contexto da instituição escolar, isto é, o docente precisa se especializar, voltar para



os bancos das universidades; conhecer as novas práticas pedagógicas voltadas para a construção de uma educação intercultural.

Contudo, a efetivação da lei 10.639/2003, ainda enfrenta muitas resistências, tanto da sociedade quanto das instituições de ensino e docentes envolvidos. A lei e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial presentes na estrutura e no funcionamento da educação brasileira, tais como o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais. (GOMES, 2011. Pg.116).

Considerações Finais

A população negra durante centenas de anos foi escravizada pelas classes dominantes, porém seu modo de vida, costumes, cultura, crenças, ideais, os motivava a lutar pela liberdade, reconhecimento de sua cidadania e por melhores condições de vida. O período foi marcado pela intolerância, desigualdades sociais, exploração de mão de obra e negação de direitos. Percebe-se que mesmo após décadas de lutas e reivindicações as relações sociais e anseios da população ainda são praticamente os mesmos, isto é, o ciclo de produção e reprodução das desigualdades sociais persistem.

Essa relação de poder e escravidão causou danos ainda irreparáveis em toda uma nação e suas gerações que buscam o reconhecimento de sua cidadania e os mesmos direitos que a classe dominante usufrui. O Movimento Negro foi fundamental na conquista pela liberdade, na construção da cidadania, acesso e inclusão nas políticas públicas atualmente existentes, demonstrando que a comunidade organizada tem o poder de reivindicação, efetivação e fiscalização dos direitos que são garantidos em um Estado Democrático de Direito.

A questão de raças, durante o período de escravidão, era utilizada pelas nações imperialistas para manter o domínio sobre as nações dominadas com discurso de ordem social. Atualmente, o termo é utilizado para distinguir ou classificar pessoas de mesma origem ou identificar pessoas que possuem as mesmas características fenótipos. Desde a escravidão o negro sofre com o racismo que persiste até os dias atuais, geralmente as manifestações de



racismo ocorrem nas esferas públicas, quando as políticas públicas não atendem os anseios da população negra e no particular, quando a pessoa tem o preconceito, porém não aceita que é preconceituoso. A comunidade negra luta pelo rompimento do pré conceito que durante anos persistem em inferiorizar e estigmatizar um indivíduo baseado na raça a que pertence, e a escola pode ser um instrumento condutor à transformações e mudanças ideológicas e comportamento de uma sociedade.

A comunidade negra sempre ansiou pelo acesso à educação, pois sabiam que esse era o caminho para a construção de sua identidade. De fato, uma nação que não prioriza o acesso do seu povo ao processo educacional, é um país pobre cultural e economicamente, aprofundando cada vez mais as desigualdades sociais existentes. Portanto, é na escola que podemos modificar as concepções baseadas na cultura eurocêntrica, desmistificando a história da Cultura Afrodescendentes, para tanto, a aprovação da Lei 10.639/2003, conquista do Movimento Negro, vai ao encontro dos anseios da população negra, visto que a lei tem por finalidade valorizar e conhecer a identidade racial e cultural do povo negro.

Referências

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de, SANCHEZ Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo-SP, Brasil. Disponível em:
<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1459/500>. Acessado em: 02 de junho de 2019.

ARAÚJO, Ilze Arduini de. Discriminação Racial Em Sala De Aula. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19120/3/DiscriminacaoRacialSala.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2019.

BASTOS. Maria Helena Camara. A Educação dos Escravos d Libertos no Brasil: Vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). Disponível em: A Educação dos Escravos e Libertos no Brasil: Vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). Acessado em: 11 de junho de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do. Brasília – DF. 2012



_____. Ministério da Educação Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF, 2004.

_____. Todos pela Educação. O combate ao racismo passa pela Educação. Maio/2018.

DAVIS, Angela Y. Mulheres, Raça e Classe. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula. / Organizado por Amílcar Araujo Pereira – Brasília :Fundação Vale, 2014.88 p.

FONSECA, Marcus Vinícius e BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. A História da educação dos negros no Brasil. Eduff. Niterói – Rio de Janeiro, 2016.

GELEDÉS. O negro na sala de aula. Disponível em www.geledes.org.br. Acessado em 13 de maio de 2019.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971/11602>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

_____, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre o Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acessado em: 07 de junho de 2019.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Editora: Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro, 1982.

IDENTIDADE E ETNIA. Disponível em: http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1471205771_ARQUIVO_CAPITULOPARACONGRESSO.pdf. Acessado em 22 de maio de 2019.

MARIGONI, Gilberto. O destino dos negros após a abolição. Editora 70. Ano: 2011. São Paulo. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23. Acesso em 21 de maio de 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino - O Negro No Brasil de Hoje. Editora Global, ano 2006.



NETO, Antônio Simplício de Almeida e SIQUEIRA, Lucélia Santos. Direitos Humanos e Cultura Escolar. Alameda editora. São Paulo –SP.

PEREIRA, Amilcar Araújo. O Movimento Negro Brasileiro e a Lei nº. 10.639/2003: Da criação aos desafios para a implementação. Revista Contemporânea de Educação, vol.11, n.22, ago/dez de 2016.

PEREIRA, Fábio Batista. Pós abolição: Liberdade e Cidadania. Cachoeira-BA, Laboratório de história. Centro de Cultura, Artes e Humanidades. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2015. Disponível em: www.ufrb.edu.br, acessado em 14 de maio de 2019.

RIBEIRO Flavia Gilene e COSTA, Candida Soares da. O Racismo Institucional e seus Contornos na Educação Básica.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. "Raça e etnia"; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/raca-etnia.htm>>. Acesso em 26 de maio de 2019.

SANTOS, Lourival dos. LIMA, Maria. Reeducação das Relações Raciais e Ensino de História Raciais e Ensino de História: Reflexões Teórico Metodológicas sobre Processos de Formação Docente em Lugar de Fronteiras. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 8 n.16 – UFGD –Dourados. 2014.

SEGATO. Rita Laura. Raça é signo. Série Antropologia. Brasília -2005

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Ed. Vozes. Petrópolis – RJ, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira. Coleção Agenda Brasileira.

TRINDADE, azoilda Loretto da. O racismo no cotidiano Escolar. Rio de Janeiro, 1994. educacional e educação formal no Brasil. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo-SP, Brasil. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1459/500>. Acessado em: 02 de junho de 2019.